



IRACY ROSA DE PAULA SOUZA

A DITADURA MILITAR BRASILEIRA: O CASO DE
SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO/MG

ORIENTADORA: PROF(A). MS. KÁTIA A. FUKUSHIMA

São Sebastião do Paraíso – MG

2013

IRACY ROSA DE PAULA SOUZA

A DITADURA MILITAR BRASILEIRA: O CASO DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO/MG

Monografia apresentada à Faculdade Calafiori, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Licenciado (a) em História.

Orientador(a): Prof(a). Ms. Kátia A. Fukushima.

São Sebastião do Paraíso – MG

2013

A DITADURA MILITAR BRASILEIRA: O CASO DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO/MG

CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

AVALIAÇÃO: () _____

Professor(a) Orientador(a) : Prof(a). Ms. Kátia A. Fukushima.

Professor(a) Avaliador(a) da Banca: Melissa Carolina Marques dos Santos e Paula

Professor(a) Avaliador(a) da Banca: Hygina Teixeira Marques

São Sebastião do Paraíso – MG

2013

DEDICATÓRIA

EU, IRACY, dedico esse trabalho primeiramente aos meus PAIS, que me deram sempre todo amor e suporte necessário e que são para mim o melhor exemplo para seguir, para que eu tenha me tornado a pessoa que hoje sou.

Ao meu marido NENZO com todo o amor do mundo pela paciência e dedicação.

Aos meus Filhos SIMONE e EDUARDO, por tudo que eles tem me mostrado e feito compreender o quanto existe um sentimento de amor incondicional.

A minha querida orientadora KÁTIA, por suas valiosas contribuições acadêmicas, como professora e pesquisadora. Mas também pela paciência e dedicação na realização desta pesquisa.

Aos meus amigos de curso MAYRA, ÂNGELO e JUNIO pelo carinho e apoio durante os anos que estivemos juntos.

A minha sobrinha ANA PAULA, pelo incentivo e os momentos que estive ao meu lado.

Ao meu amigo ROBERTO que me forneceu material para que eu pudesse realizar o meu trabalho de campo.

A minha professora LUCIANA, que me incentivou na escolha do meu tema.

A todos os PROFESSORES do meu curso que, de alguma forma, contribuíram com meu aprendizado.

Enfim dedico a todas as PESSOAS presentes em minha vida, que de certa forma contribuíram para realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a DEUS por ter me dado forças e iluminando meus caminhos para que pudesse concluir mais uma etapa da vida.

Agradeço a minha orientadora KÁTIA por todo o apoio nesse trabalho diante das correções, material que me forneceu e indicações de bibliografias.

A todos os PROFESSORES do curso de História, pela paciência, dedicação e ensinamentos disponibilizados nas aulas, cada um de forma especial contribuiu para a conclusão desse trabalho e conseqüentemente para a minha formação profissional.

Por fim, gostaria de agradecer aos AMIGOS E FAMILIARES, pelo carinho e pela compreensão nos momentos em que a dedicação aos estudos foi exclusiva, a todos que contribuíram direta ou indiretamente para que esse trabalho fosse realizado meu eterno AGRADECIMENTO.



Figura 1 – Policiais perseguem estudantes
Fonte: <ditaduradanilo8d.blogspot.com.br>

“Se queremos progredir, não devemos repetir a história. Mas fazer uma história nova.” Mahatma Gandhi

RESUMO

A presente pesquisa consiste analisar a atuação do Estado na repressão, apresentando São Sebastião do Paraíso como estudo de caso, tendo como objetivo específico saber se as pessoas torturadas e perseguidas faziam parte de algum grupo político, movimento social ou se simplesmente eram pessoas comuns. Esse interesse surgiu com o fato instigante que pouco se fala da ditadura em cidades do interior. Discorrendo sobre tais acontecimentos têm-se como objetivos, esclarecer diversas mutações implantadas nos campos econômico, social, cultural e político durante a ditadura militar. A metodologia de cunho bibliográfico, onde serão confrontadas as opiniões de diversos autores, buscando desta forma, entender as mudanças causadas à sociedade durante o período ditatorial. A Ditadura Militar que durou 21 anos de 1964 a 1985, deixou marcas profundas na sociedade brasileira sendo caracterizada como regime violento pela falta de democracia, supressão de direitos constitucionais, censura, perseguição política e repressão contra qualquer um que se colocasse no caminho da chamada “Revolução”. A ditadura militar teve repercussão não só nas grandes capitais do país, mas até mesmo nos pequenos municípios como a cidade de São Sebastião do Paraíso, interior de Minas Gerais. Em 1988 foi aprovada a nova constituição para o Brasil, que apagou os rastros da ditadura e estabeleceu os princípios da democracia para o país. No governo da Presidente Dilma Rousseff, cria-se a Comissão Nacional da Verdade com a finalidade de examinar e esclarecer graves violações de direitos humanos praticados no período de 18 de setembro de 1964 a 05 de outubro de 1988, a fim de efetivar a memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional.

Palavras-Chave: ditadura militar; revolução; democracia; sociedade brasileira; memória; verdade; São Sebastião do Paraíso.

ABSTRACT

This research is to analyze the performance of state repression, with São Sebastião do Paraíso as a case study, with the specific goal whether people were tortured and persecuted part of any political group, social movement or were simply ordinary people. This interest arose from the fact that little is provocative speech dictatorship in the inner cities. Discussing these events have as goals clarify several changes implemented in the economic, social, cultural and political development during the military dictatorship. The methodology of stamp literature, where they will face the opinions of various authors, seeking thereby to understand the changes caused to society during the dictatorship. The military dictatorship that gilded 21 years 1964 to 1985, left deep marks in Brazilian society is characterized as violent regime by the lack of democracy, suppression of constitutional rights, censorship, political persecution and repression against anyone who put in the path of the "Revolution ". The military dictatorship had repercussion not only in the big cities of the country, but even in small municipalities like the city of São Sebastião do Paraíso, Minas Gerais. In 1988 a new constitution was approved for Brazil, which erased the traces of dictatorship and established the principles of democracy to the country. In the government of President Dilma Rousseff, creates the National Commission of Truth in order to examine and clarify serious human rights violations committed in the period 18 September 1946 to 05 October 1988, in order to effect the memory and to historical truth and promote national reconciliation.

key words: military dictatorship, revolution, democracy, Brazilian society, memory, truth, São Sebastião do Paraíso.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Policiais perseguem estudantes	iv
Figura 2 Vista parcial de São Sebastião do Paraíso	25
Figura 3 Deputado Delson Scarano e J. Kubstschek em S.SP.	27
Figura 4 Juscelino nos braços do povo paraisense.	27
Figura 5 J.Kubitschek e Tancredo Neves em visita à SSP	28
Figura 6 Major Curió	29

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI.1-Ato Institucional n. 01

AI.2-Ato Institucional n. 02

AI.3- Ato Institucional n.03

AI.4-Ato Institucional n.04

AI.5- Ato Institucional n.05

ARENA- Aliança Renovadora Nacional

CIA- Central Intelligence Agency

CNI- Conselho de Segurança Nacional

CNV- Comissão Nacional da verdade

DOPS- Departamento de Ordem Política e Social

ESG- Escola Superior de Guerra

EUA - Estados Unidos da America

FMI- Fundo monetário Internacional

IPMS- Inquérito Policial-Militares

MDB- Movimento Democrático Brasileiro

PCB- Partido Comunista Brasileiro

PCdoB- Partido Comunista do Brasil

PDS- Partido Democrata Social

PE-GB- Policia do Exército da Guanabara

PTB- Partido Trabalhista Brasileiro

SBT- Sistema Brasileiro de Televisão

SNI- Serviço Nacional de Inteligência

STM- Superior Tribunal Militar

UNB- Universidade de Brasília

UNE- União Nacional dos Estudantes

URSS- União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
I O CONTEXTO HISTÓRICO E A ARTICULAÇÃO PARA A DITADURA MILITAR	12
II A DITADURA E OS ATOS INSTITUCIONAIS.....	18
III 30 ANOS APÓS O FIM DA DITADURA E O CASO DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO	25
IV O CASO DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO NA DITADURA MILITAR	26
V Lei. 12.528/11 – COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	40
ANEXO: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	42

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca analisar a atuação do Estado na repressão no período de 1964 a 1985. Apresentando São Sebastião do Paraíso/MG como estudo de caso, tendo como objetivo específico saber se as pessoas torturadas e perseguidas faziam parte de algum grupo político, movimento social etc.

Para tratar do tema Ditadura Militar no Brasil de 1964 a 1985, o trabalho abordará temas históricos que buscam uma análise do assunto segundo os objetivos proposto. Ao eleger São Sebastião do Paraíso como objeto de estudo dentro da Ditadura Militar, esse interesse surgiu com o fato instigante de pouco se falar da ditadura no interior, podendo se verificar que há lacuna quanto á influência da ditadura em pequenas cidades, tendo em vista que a literatura geralmente aborda grandes centros, ou seja, as principais capitais do país. Assim, esta pesquisa pode trazer algo importante para outros estudos.

O presente trabalho será composto de 05 (cinco) capítulos além da introdução e considerações finais.

O primeiro capítulo trata do contexto histórico e a articulação para a ditadura militar no Brasil, ressaltando que esta durou 21 anos, deixando marcas profundas na sociedade, sendo caracterizada como um regime violento, no sentido de lançar mão de várias formas de repressão, proibições de expressarem opiniões contrárias às do governo, torturas, prisões, pessoas exiladas, assassinatos, com o intuito de manter os militares no poder.

O segundo capítulo apresenta a atuação dos militares e os atos institucionais adotados durante todo o período da ditadura. Aqui já se apontará o significado da ditadura para a sociedade civil a partir de depoimentos coletados na historiografia.

O terceiro capítulo evidencia que embora já se tenham passado quase 30 anos do fim da ditadura, falar sobre o tema continua muito delicado.

O quarto capítulo a partir de um caso específico - o caso de São Sebastião do Paraíso- descreve-se, a partir de relatos de pessoas que vivenciaram o período, o quanto o tema ditadura é delicado e complexo.

O quinto capítulo discorre sobre a Comissão Nacional da Verdade, criada para esclarecer as graves violações praticadas no período da ditadura militar.

I O CONTEXTO HISTÓRICO E A ARTICULAÇÃO PARA A DITADURA MILITAR

Ao se falar sobre a Ditadura Militar no Brasil, faz-se necessário trabalharmos a contextualização do processo dentro do cenário internacional e nacional. A Ditadura Militar que se organizou em 1964, tem raízes na década de 40, sob a influência norte-americana dentro do imaginário cultural da Guerra Fria, a disputa ideológica entre o bloco capitalista liderado pelos EUA e o bloco socialista liderado pela URSS. A Guerra Fria foi sem dúvida a disputa entre EUA e URSS para influenciar o resto do mundo. O EUA queria um mundo capitalista e aberto aos investimentos americanos, e a URSS queria um mundo socialista, com partidos comunistas e fiéis as orientações de Moscou. O EUA passou a apoiar golpes militares contra governos de esquerda e ditadura militar de direita em todo Terceiro Mundo. Já a URSS passou a apoiar os movimentos nacionalistas antiamericanos (SCHMIDT, 2007, p.595).

Após a Segunda Guerra Mundial às duas superpotências aceitaram a distribuição Global. A URSS controlava e exercia influência na zona ocupada pelo Exército Vermelho ou Forças Armadas Comunistas. Os EUA exerciam o controle e predominância sobre o resto do mundo capitalista, além do hemisfério norte e oceanos.

Entre 1939-1945, mais países se somaram ao socialismo e que foram: a formada União Soviética, a China, a Coreia do Norte, Cuba, Polônia, Iugoslávia e o Vietnã. Os Estados Unidos, Japão, Coreia do Sul, os países da América do Sul e da Europa Ocidental continuaram com o capitalismo. Segundo Hobsbawm, a “Guerra Fria” foi marcada pela constante ameaça de um conflito nuclear, embora não se possa afirmar com certeza que algum momento preciso se estivesse na iminência de um conflito desta natureza. “Guerra Fria foi uma guerra de ameaças e não de conflitos.” Haja vista que jamais houve confronto direto entre EUA e URSS. (HOBSBAWM, 1995, p224, 225).

Como a URSS, os EUA era uma superpotência representando uma ideologia que a maioria dos americanos sinceramente acreditava ser o modelo para o mundo. Ao contrario da URSS, os EUA era uma democracia. É triste, mas devemos dizer estes eram provavelmente mais perigosos” (HOBSBAWM, p.232).

No início da Guerra Fria, o governo brasileiro já tinha escolhido seu lado. Neste contexto, instalou-se no Brasil durante o governo Dutra, financiado pelo governo norte-americano, a Escola Superior de Guerra (1946), instituição que dentre muitos propósitos, pretendia impedir o avanço das ideias socialistas e comunistas no Brasil (FAUSTO, 2010, p. 249).

Em 1947 o presidente Dutra proibiu o PCB (Partido Comunista Brasileiro) de existir, cassou os parlamentares comunistas e rompeu relações com a URSS. A grande imprensa insistia sobre os perigos a “ameaça vermelha sobre o Brasil”. Padres e pastores alertavam sobre a infiltração dos “agentes de Moscou” nas instituições brasileiras. O golpe de 1964 foi dado em nome da luta contra a revolução socialista (SCHMIDT, P.600).

Quando o governo de Juscelino Kubitschek chegou ao fim, existia um sentimento de insegurança na sociedade brasileira. A pergunta era será que o Brasil continuaria se desenvolvendo? A candidatura de Janio Quadros enfeitiçou as multidões, atraiu a burguesia e a classe média por causa das posições políticas conservadoras. Janio fez um governo contraditório e conseguiu confundir e desagradar a todos. Reatou relações diplomáticas com a URSS e a China socialista, mas o problema mesmo foi quando resolveu condecorar com a Ordem do Cruzeiro do Sul a Ernesto Che Guevara, guerrilheiro comunista da Revolução Cubana e um dos principais companheiros de Fidel Castro. Depois de sete meses de governo, Janio renunciou a presidência, esperando que o povo consternado gritasse em coro: “volta Janio”. Inúmeros comandantes militares se manifestaram e ameaçaram usar a força para impedir que João Goulart recebesse a faixa presidencial (SCHMIDT, 2007, P.646, 647, 648).

Segundo Aarão Reis (2004, p. 32) o Golpe Militar no Brasil teve início em agosto de 1961, com a renúncia do então presidente Jânio Quadros. Os líderes militares nomeados por Jânio Quadros tentaram impedir a posse do vice-presidente João Goulart (conhecido como Jango). Para esses militares, o governo de João Goulart repetiria a crise getulista. João Goulart assumiu a presidência, porém com poderes limitados por uma emenda constitucional votada “*a toque de caixa e de clarins*” (elaborada às pressas com o apoio das forças armadas) que defendia interesses imediatos da elite nacional, instalando uma República Parlamentarista. Somente em 1963, através de um plebiscito popular que deu a vitória esmagadora ao presidencialismo, João Goulart assumiu com plenos poderes a chefia do governo brasileiro.

O presidente João Goulart tentava agradar tanto os setores da direita quanto da esquerda, porém a questão agrária fez com que as elites conservadoras e latifundiárias

se sentissem ameaçadas pela possibilidade de perderem suas terras. Em março de 1964, no comício realizado na Central do Brasil, João Goulart em seu discurso falou da necessidade de implantação das reformas de base no país. A partir desse momento João Goulart foi acusado de Comunista por apresentar idéias revolucionárias ligadas à causa social, fato usado como pretexto para a implantação de um golpe militar, iniciando uma nova fase da História do Brasil (FAUSTO, 2010, p.253).

É importante salientar que o golpe tinha o intuito de frear os rumos que a política nacional tomava, contrariando os interesses de muitos setores da elite nacional, principalmente os ligados ao bloco capitalista liderado pelos EUA, que financiaram ações militares para tomada do poder, executando um golpe que resultou numa transformação radical em todas as esferas da sociedade, política, economia e cultura, as quais mudariam os rumos da história do país (FAUSTO, 2010, p.253-256).

As reformas propostas pelo presidente João Goulart, desde o início de seu governo, representaram o estopim para sua decadência. A marcha da Família com Deus pela Liberdade, manifestação organizada pelas associações das senhoras, ligada à frente conservadora da Igreja Católica, mobilizou 500 mil pessoas que desfilaram em 19 de março pelas ruas de São Paulo demonstrando apoio aos partidários de um Golpe Militar (FAUSTO, 2010, p.254).

A cúpula do Exército Brasileiro idealizava o Golpe de Estado. Havia muitos membros do exército de alta patente organizando o processo, dentre muitos se destaca o General Olímpio Mourão Filho que em sua concepção planejava derrubar o governo João Goulart, por meio de um golpe denominado Operação *Popeye*. Este acreditava que poderia tomar o prédio do Ministério da Guerra e com esse ato pretendia dominar totalmente o restante do país. Nas palavras do general Mourão 'o resto cairia de podre' (GASPARI, 2002, p.57).

Os conspiradores se espalhavam por todo o território nacional, no Rio de Janeiro eles planejavam um levante com base em São Paulo. Neste contexto, chegavam a Washington dois informes da *Central Intelligence Agency*, a CIA, instituição norte-americana que fazia o trabalho de espionagem vinculado à ideologia da Guerra Fria, com clara proposta de impedir o avanço socialista. Nestes informes os militares diziam de forma expressiva que o então presidente Goulart deveria ser deposto rapidamente, admitindo a possibilidade de uma rebelião que poderia estourar no dia seguinte (GASPARI, 2002, p.58).

Para o Deputado Armando Falcão, João Goulart foi deposto no dia da sua posse em setembro de 1961. A idéia de que Jango era, de fato sócio e prisioneiro do comunismo internacional cristalizou-se na consciência do Exército, Marinha e Aeronáutica. Um dos chefes militares que mais se empenharam, para livrar o Brasil de Jango e do comunismo, foi o General Osvaldo Cordeiro de Faria (O CRUZEIRO, 1964).

Nesta perspectiva é importante ressaltar que no dia 31 de Março de 1964, os militares tomaram o poder contando com o apoio de importantes setores da elite brasileira, empresários, latifundiários, da Igreja Católica, de governadores de vários estados, de parte da classe média. Todos esses setores desejavam a intervenção militar no país como forma de acabar com a ameaça comunista e de controlar a crise econômica pela qual o país estava mergulhado. Alguns analistas chegaram a dizer que a Ditadura foi um exemplo de bonapartismo (expressão de Karl Marx ao analisar o governo de Napoleão III na França). Em outras palavras, apavorada pela crise, a burguesia abriu mão de exercer o governo diretamente e o entregou aos militares, responsáveis pela ordem burguesa na sociedade (SCHMIDT, 2007, P.730).

O então Deputado Leonel Brizola propôs ao presidente João Goulart (Jango) a resistência aos golpistas com armas em punho, o movimento partiria do Rio Grande do Sul, terra natal dos dois políticos do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), ganhando todo o país. Porém para evitar o derramamento de sangue João Goulart preferiu se exilar no Uruguai juntamente com Brizola evitando que fossem presos. O exílio de João Goulart foi comemorado pela elite nacional e por setores ligados a ela. Nos bairros nobres do Rio de Janeiro, a classe média se confraternizava com a burguesia, chuva de papel picado, passeatas, bandas, abraços, choros de alegria, alívio pelo fim da 'desordem'. O Brasil estava livre do comunismo. Nos subúrbios a realidade era outra, o medo tomava conta das pessoas, a revolução procurava os 'inimigos' do Brasil, operários, camponeses, sindicalistas. Soldados armados prendiam milhares de pessoas: dirigentes populares, intelectuais, políticos democratas e pessoas ligadas à causa trabalhista (SCHMIDT, 2007, p.730).

Em 1º de abril a sede da União Nacional dos Estudantes (UNE), no Rio de Janeiro foi invadida e incendiada. Em Brasília, capital do país, a Universidade de Brasília (UNB) sofreu também invasão militar após o golpe. O contexto era marcado por violência e quebra dos direitos civis. Houve também repressão e prisão de membros das Ligas Camponesas e dirigentes de sindicatos (FAUSTO, 2010, p.258).

O Golpe Militar de 1964 foi articulado como justificativa para banir do país a corrupção e o comunismo resguardando a democracia. O então presidente João Goulart após ser deposto e exilado no Uruguai, acusado de práticas comunistas, em entrevista, declarou para a revista *O Cruzeiro*:

Que ninguém se engane! Ao falar de comunismo, em meu governo, o que se procura é fugir aos problemas que afligem a Nação, sobretudo à discussão das reformas. Tiradentes foi acusado de ser um revolucionário Frances; Getúlio Vargas foi vítima das mais torpes acusações; agora, pretendem apontar-me como comunista. No primeiro caso se queria impedir a independência de nossa pátria; no segundo caso se queria pôr abaixo a legislação trabalhista e anular conquistas decisivas da emancipação nacional; no meu caso se quer impedir o caminho pacífico das reformas de estrutura, capaz de integrar milhões de brasileiros em melhores condições de vida e de trabalho. A verdade é que grupos poderosos querem impedir a minha política de defesa dos interesses nacionais, pela a disciplina do capital estrangeiro e das remessas de lucros para o exterior, [...] (O Cruzeiro, 1964, p. 10).

Tomando conhecimento dos termos da entrevista do ex Presidente João Goulart à revista, concedida em Montevideu, o General Arthur da Costa e Silva, ministro da Guerra, fez as seguintes declarações:

Em todos esses pronunciamentos, tem o ex Presidente procurado fazer-se vítima dos que fizeram a revolução, quando a verdade é que ele deveria julgar-se vítima dos próprios homens a quem deu força e poder na qualidade de seus auxiliares. Vítima da agitação provocada por seu cunhado. Vítima das decisões da linha chinesa do Partido Comunista. Vítima enfim do seu próprio desejo de tornar-se ditador com apoio na minoria esquerdista que o cercava. Que era mesmo minoria – e estamos certos de que ele não o sabia – está provado pela ínfima reação apresentada e que possibilitou a vitória da Democracia em apenas 55 horas de ação.

Não é nosso desejo abrir polêmica, pois isto é o que ele bem deseja. Devemos assinalar, no entanto, que ficaram patenteadas as mentiras lançadas ao ar pela chamada “REDE DA LEGALIDADE” e as investigações em curso provarão que o governo no passado se assentava na AGITAÇÃO, na LUTA DE CLASSE e na CORRUPÇÃO, para atingir a seus objetivos (O Cruzeiro, 1964, p.12).

Ficou certo que logo após o 1º de abril: a “Revolução” não havia apenas deposto

um presidente e afastado seus aliados da cena política. Para João Quartim de Moraes:

Uma coisa é mostrar como as Forças Armadas tomaram a decisão de derrubar o governo legal; outra é compreender como, no lugar deste, pode se consolidar uma ditadura militar, quando o objetivo oficial do movimento sedicioso era a defesa da constituição de 1946 e das instituições democráticas ameaçadas pela “subversão” e pela “corrupção” [...]. Com a perspectiva histórica que dispomos hoje é fácil constatar que a pretendida “Revolução Libertadora” de 1964 abriu caminho à pior forma de opressão estatal que a sociedade brasileira conheceu ao longo de sua história (MORAES, 2001, p.142, 143).

A Ditadura Militar que se instalou no Brasil em 1964 deixou marcas profundas na sociedade. Caracterizada como um regime violento reprimiu os cidadãos impedindo-os de expressarem suas opiniões. Praticou-se atos como torturas, prisões, exílios e assassinatos e, manteve os militares e a elite brasileira no poder durante 21 anos (FICO 2004, p. 2).

II A DITADURA E OS ATOS INSTITUCIONAIS

O presente capítulo busca apresentar a atuação dos militares e os atos institucionais adotados durante todo o período da ditadura. Aqui já se apontará o significado da ditadura para a sociedade civil a partir de depoimentos coletados na historiografia.

Durante o período ditatorial foram decretados dezessete atos e cento e quatro complementares a eles, os quais eram mandados cumprir, diminuindo ou até mesmo acabando com as liberdades e os direitos dos brasileiros. Dentre os atos, o Ato Institucional n. 05 (AI-5), foi o mais terrível dos atos, em que o período ficou conhecido como os “anos de chumbo”, permitindo o presidente cassar mandatos; suspender direitos políticos; impor a censura à imprensa, ao teatro, ao cinema, à televisão. Universidades e escolas ficaram sob estreita vigilância; centenas de pessoas foram presas e torturadas em instalações policiais e militares (ARQUIDIOCESE de São Paulo, 1986).

Logo após a instauração do golpe, foi decretado em 09 de abril de 1964, pelos comandantes da Marinha, Exército e Aeronáutica, o Ato Institucional nº1. O AI-1 como ficou popularmente conhecido, manteve vigente a Constituição de 1946, porém com várias modificações, entre elas reforçou o Poder Executivo, reduziu o campo de ação do Congresso Nacional, criou bases para instalação dos Inquéritos Policial-Militares (IPMS), suspendeu as imunidades parlamentares e autorizou o comando supremo de cassar mandatos e suspender direitos políticos no prazo de 10 anos (FAUSTO, 2010, p.257).

O Ato Institucional nº 1 estabeleceu, em 15 de abril de 1964, por votação indireta do Congresso Nacional a eleição de um novo presidente da República, o general Humberto de Alencar Castelo Branco com o mandato previsto até 31 de Janeiro de 1966 (FAUSTO, 2010, p.262).

A Mensagem do Presidente Castelo Branco, o estrategista da revolução vitoriosa, para a imprensa, após sua vitória foi curta e exata:

— “Minha eleição pelo Congresso Nacional, em expressiva votação, traduz, sobremaneira, o pesado fardo das responsabilidades que sabia já haver assumido, ao aceitar a indicação de minha candidatura à Presidência da República por forças políticas ponderáveis, sob a liderança de vários governantes de Estado. O calor da opinião pública, através de autênticas manifestações populares e de numerosas entidades de classe, estimulou-

me a essa atitude. Agora espero em Deus corresponder às esperanças de meus compatriotas nesta hora tão decisiva dos destinos do Brasil, cumprindo plenamente os elevados objetivos do movimento vitorioso de abril, no qual se irmanaram o povo inteiro e as Forças Armadas na mesma aspiração de restaurar a legalidade, revigorara Democracia, restabelecer a paz e promover o progresso a justiça social. Espero, também, em me ajudando o espírito de colaboração de todos os brasileiros e o sentimento da gravidade da hora presente, possa entregar, ao iniciar-se o ano de 1966, ao meu sucessor, legitimamente eleito pelo povo em eleições livres, uma Nação coesa e ainda mais confiante em seu futuro, a que não mais assaltem os temores e os angustiosos problemas do momento atual. Ao Congresso Nacional, com todo o meu respeito de brasileiro e de Presidente eleito da República, apresento nesta oportunidade, de modo muito especial as minhas saudações” (O Cruzeiro, 1964, p.116).

Em 17 de outubro de 1965, sob pressão dos chamados militares de linha dura, adversários dos *castelistas*, Castelo Branco decretou o Ato Institucional nº 2 (AI-2) que reforçou os poderes do presidente da República, extinguiu os partidos políticos instaurando o bipartidarismo: os partidários do governo organizaram a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e a oposição respondeu com a organização do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) (FAUSTO, 2010, p.262).

Em fevereiro de 1966 foi decretado o Ato Institucional nº 3 (AI-3) que estabeleceu o princípio da eleição indireta dos governadores dos Estados através das Assembleias Estaduais. O governo Castelo Branco completou as mudanças nas instituições do país, aprovando uma nova constituição em janeiro de 1967. O Congresso Nacional fora fechado por um mês em outubro de 1966 e reconvocato pelo Ato Institucional nº 4 (AI-4) para ser aprovado o novo texto constitucional (FAUSTO, 2003, p. 475).

O grupo *castelista* não conseguiu eleger o sucessor do presidente General Castelo Branco, assim o general Artur da Costa e Silva foi eleito e tomou posse em março de 1967. Seu governo se caracterizou pelo avanço do processo de institucionalização da ditadura. Foi intensificada a repressão policial-militar contra os movimentos, grupos e focos de oposição. Ao longo do seu mandato via a possibilidade de retorno da democracia. Mas justificou a permanência dos militares no poder como resposta do avanço das oposições como a Frente Ampla, composto por políticos influentes como o presidente deposto João Goulart exilado no Uruguai, o ex-presidente Juscelino Kubstschek e o jornalista Carlos Lacerda que ganharam apoio até mesmo dos políticos que apoiaram o golpe, mas discordaram com o rumo que a política nacional tomara (FAUSTO, 2010, p.263).

O Presidente Costa e Silva reagiu às pressões da oposição fechando o Congresso Nacional e editando o Ato Institucional (AI-5), instrumento que suspendeu todas as liberdades democráticas e direitos constitucionais, efetuando prisões, investigações, perseguições sem o Mandato Judicial e torturas (FAUSTO, 2010, p.265).

Destacam-se alguns métodos de tortura como o pau de arara, que se tratava de uma barra de ferro atravessada entre punhos amarrados e a dobra do joelho, ficando isto apoiado entre duas mesas e o corpo do torturado pendurado nesta estrutura. O mais “clássico” método de tortura era o choque elétrico, pois além de ser aplicado separadamente, ele também era aplicado em conjunto com demais práticas; existia também o afogamento que servia como complemento do pau de arara onde era introduzido um cano de borracha na boca do torturado que lançava água, quando não era introduzido nas narinas também; esses são alguns entre muitos métodos de tortura.

No livro “Brasil Nunca Mais”, organizado pela Arquidiocese de São Paulo, verificou vários relatos de torturas entre eles o de uma jovem grávida e que fora capturada e jogada em um cubículo e deixada vários dias sem alimentação, e um dia fora colocado sobre seu corpo um jacaré e também insetos foram introduzidos sobre seu corpo. Produtos químicos, soros de pentotal, substância que fazia os torturados falarem dormindo, lesões físicas, palmatórias e enforcamento também eram utilizados, torturas psicológicas, crianças torturadas na frente dos pais, mulheres torturadas e estupradas na frente dos maridos (ARQUIDIOCESE de SÃO PAULO, 1985, p.34, 35, 37, 39, 43).

Cerca de duzentas pessoas foram mortas e mais de 150 são consideradas desaparecidas. Vários processos políticos passaram pela justiça federal brasileira, especialmente aqueles que chegaram ao Supremo Tribunal Militar “Brasil Nunca Mais” organizado pela Arquidiocese de São Paulo (1985).

Carlos Finco afirmou que:

O AI-5 foi o amadurecimento de um processo que se iniciara muito Antes, e não uma decorrência dos episódios de 1968, diferentemente da tese que sustenta a metáfora do *golpe dentro do golpe* segundo o qual o AI-5 iniciou uma fase completamente distinta da anterior. Trata-se de reafirmar a importância, como projeto, do que se pode chamar de “utopia autoritária”, isto é, a crença de que seria possível eliminar formas de dissenso (comunismo, “subversão”, “corrupção”) tendo em vista a inserção do Brasil no campo da “democracia ocidental e Cristã” (FICO 2004, p.48).

O governo de Costa e Silva foi interrompido por uma doença grave. Os militares decidiram que o vice-presidente, o civil Pedro Aleixo, não deveria assumir o governo. O alto comando das Forças Armadas organizou uma Junta Militar Governista (Exército, Aeronáutica, Marinha), assumindo provisoriamente o governo e violando a regra constitucional. Com o agravamento da doença de Costa e Silva e a crise institucional, a solução encontrada pelas Forças Armadas foi à escolha do general Emílio Garrastazu Médici para assumir a presidência do Brasil (FAUSTO, 2010, p.266).

No governo Médici foi o único momento em que o regime conseguiu estabilidade política, permitindo as aspirações e interesses militares direitistas radicais que defendia o emprego da repressão militar contra opositores da ditadura. Seu governo foi marcado pela maior onda de repressão política na história do país, e ao mesmo tempo, o mesmo alcançou o maior índice de desenvolvimento e crescimento econômico, com o uso de capitais estrangeiros. Esse período foi denominado “milagre econômico” que se estendeu de 1969 a 1973 (FAUSTO, 2010, p.267, 268).

O governo Médici foi marcado também pela vitória do Brasil na Copa do Mundo de 1970 e por diversos bordões como “Ninguém segura este país”, “Brasil ame-o ou deixe-o”, tampando assim os olhos da sociedade, para não verem as dificuldades financeiras e os horrores dos porões da ditadura.

O relato do estudante Ângelo da Silva, 23 anos, preso em Belo Horizonte e torturado no Rio de Janeiro, que narrou ao Conselho de Justiça Militar de Juiz de Fora, em 1970, nos mostra a continuidade à repressão e à tortura:

(...) que, na PE (Policia do Exército) da GB, verificaram o interrogado e seus companheiros que as torturas são uma instituição, vez que, o interrogado foi o instrumento de demonstrações práticas desse sistema, em uma aula de que participaram mais de 100 (cem) sargentos e cujo professor era um Oficial da PE, chamado Tnt. Ayton que, nessa sala, ao tempo em que se projetavam “slides” sobre tortura, mostrava-se na pratica para a qual serviram o interrogado, MAURICIO PAIVA, AFONSO CELSO, MURILO PINTO, P. PAULO BRETAS, e, outros presos que estavam na PE-GB, de cobaias; (...) (Brasil Nunca Mais, p.31).

Muitos brasileiros se lembram da década de 1970 pelas vitórias alcançadas pelo país, conquista do tri campeonato mundial de Futebol, campeonato de “Fórmula 1”. Mas

para boa parte da população foram anos de sofrimento e angústia, como lembra o escritor Marcelo Rubens Paiva no seu livro, *Feliz Ano Velho*:

Quando acordei vi aqueles homens, perguntei para minha mãe o que era. Ela não respondeu e disse que papai tinha saído. Desci, tomei café e vi as armas na sala [...]

Não tinha sacado, mas éramos prisioneiros. O telefone fora do gancho, ninguém saía. O namorado da minha irmã chegou e foi preso, levado embora. Um amigo de dezesseis anos chegou e também foi levado.

Minha mãe me acorda no dia seguinte e se despede de mim. Ela também tinha que ir, junto com a Eliane (minha irmã de quinze anos). Os caras saíram, trancaram a porta, colocaram minha mãe e irmão no banco traseiro de um fusca azul. E agora? O que fazer? [...] Duas semanas depois toca o telefone. Minha mãe está solta. Alívio. [...] encontrei minha mãe exausta, deitada em sua cama. Tava irreconhecível, muito mais magra. [...] Ela tinha estado no quartel da Rua Barão de Mesquita, Polícia do Exército, treze dias em uma cela individual.

Naquela época, a censura da imprensa não estava tão rigorosa e todos os dias saíam artigos nos jornais: “Onde está Rubens Paiva?”

[...] no dia 20 de fevereiro, o ministro da Justiça Alfredo Buzaid disse para minha mãe que meu pai tinha sofrido “alguns arranhões”, mas que voltaria logo para casa [...] finalmente, no dia 24 de fevereiro, sai no Diário Oficial da União o que hoje é a versão do Exército:

“Segundo informações de que dispõe este comando, o citado paciente, quando era conduzido para ser inquirido sobre fatos que denunciavam atividade subversiva, teve seu veículo interceptado por elementos desconhecidos, possivelmente terroristas, empreendendo fuga para local ignorado...”.

Em outras palavras, ele tinha fugido. Foi à versão mais idiota que já inventaram, mas o que fazer? Logo depois veio a censura impressa sobre o caso [...]

Continuamos morando no Rio e começaram a chegar informações mais terríveis: ele tinha sido torturado e morrerá. “Mas como? Não existe tortura no Brasil...”.

Doce ilusão estava-se torturando gente como nunca e havia-se criado uma tática mais eficiente: mata-se o inimigo, depois some-se com o corpo.

[...] passei anos da minha vida sem saber se tinha ainda um pai ou não. [...] sonhei centenas de vezes com meu pai chegando um dia. Mas foram sonhos [...]

Rubens Paiva não foi o único “desaparecido”. Há centenas de famílias na mesma situação: filhos que não sabem se são órfãos, mulheres que não sabem se são viúvas.[...]” (PAIVA, 1988, p.67-72).

Num discurso feito na Escola Superior de Guerra, Médici festejava: “estamos vencendo o terrorismo da minoria enganada pela falácia de sistemas de vida incompatíveis com a índole de nossa gente”. “Haverá repressão sim”. “E dura, e implacável”, arrematou em março de 1970. Não podia ser mais claro.

Foram 308 denúncias de torturas apresentadas por presos políticos às cortes militares entre 1964 e 1968. Em 1969 elas somaram 1027 e em 1970, 1206. De 1964 a 1968 instauram-se sessenta IPMS contra organizações de esquerda; só em 69 abriram-se 83 novos inquéritos. Em apenas cinco meses, de setembro de 1969 a janeiro de 1970, foram estourados 66 aparelhos, encarceradas 320 pessoas e apreendidas mais de trezentas armas.

Assim como acontecera com General Castelo Branco, Médici também não conseguiu fazer seu sucessor. Uma ementa à Constituição de 1967 modificou a forma de escolha do presidente da República. O general Ernesto Geisel foi o primeiro presidente eleito pelo Colégio Eleitoral em janeiro de 1974 e empossado em março do mesmo ano. Seu governo se associa ao início da abertura política, por isso sofria pressões dos militares 'linha dura', que mantinham muito de sua força. De outro lado, Geisel desejava controlar pessoalmente a abertura política do país, evitando que a oposição chegasse ao poder. Assim a abertura foi lenta, gradual e insegura, pois os militares 'linha dura' mantiveram a ameaça de retrocesso, isso durou até o fim do governo do presidente General João Batista de Figueiredo em 1985 (FAUSTO, 2010, p.269 - 270).

O presidente General Ernesto Geisel diferente de seus antecessores, conseguiu fazer seu sucessor, o General João Batista Figueiredo do partido a ARENA, que derrotou o candidato do partido MDB na reunião do Colégio Eleitoral de 14 de outubro de 1978. O presidente General João Batista Figueiredo tomou posse em março de 1979. Seu governo foi marcado pela ampliação da abertura política e o aprofundamento da crise econômica. Em agosto de 1979, o General Figueiredo tirou das mãos da oposição uma das principais bandeiras: a luta pela anistia. A lei da Anistia foi aprovada, possibilitando a volta dos exilados políticos e foi um passo importante na ampliação das liberdades públicas (FAUSTO, 2010, p.277 a 279 3).

O Brasil no regime militar viveu um período de inegável crescimento econômico, mas o bolo foi comido pelos ricos. A partir de 1982, o país começou a negociar com o FMI (Fundo Monetário Internacional). Economistas críticos acusavam o próprio modelo econômico adotado pelo regime militar como o responsável pela maior crise desde 1929. O crescimento dos tempos de "milagre" tinha sido ilusório. Um país não pode crescer por muito tempo mantendo tanta injustiça social. A anistia concedida pelo presidente General João Figueiredo perdoou os torturadores que jamais haviam sentado no banco dos réus. Em compensação os que morreram sob tortura também foram perdoados (...) (SCHMIDT, P. 762-763).

A ditadura militar no Brasil teve seu fim em 1985, no entanto, documentos entregues à polícia gaúcha pelas filhas do coronel reformado do Exército Júlio Miguel Molinas Dias, chefe do DOI-CODI na época do atentado do RIOCENTRO, assassinado no dia 1.º de novembro de 2012, deve trazer luz a dois episódios ainda não esclarecidos da ditadura militar (1964-1985): a morte do deputado cassado Rubens Paiva, em 1971, e o próprio atentado ao Riocentro, durante a comemoração do Dia do Trabalhador, em 1981. Tal fato mostra que o tema da ditadura ainda não se esgotou e se faz cada vez mais relevante no momento atual.

III 30 ANOS APÓS O FIM DA DITADURA E O CASO DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO

Em 1984, políticos de oposição, artistas, jogadores de futebol e milhões de brasileiros, participaram do movimento das Diretas Já, o marco do fim da ditadura militar. O movimento reuniu mais de 200 mil pessoas em um grande comício realizado em São Paulo. Em 15 de janeiro de 1985, o Colégio Eleitoral escolheria o deputado Tancredo Neves, como o novo Presidente da República. Era o fim do Regime Militar. No entanto, Tancredo Neves ficou doente antes de tomar posse e faleceu em 21 de abril do mesmo ano. O vice-presidente José Sarney assumiu o governo. As eleições para a Assembleia Constituinte foram marcadas para novembro de 1986 e a nova constituição para o Brasil nos moldes da democracia foi aprovada em 1988. Assim, a nova constituição pôs fim aos últimos vestígios formais do regime autoritário. A abertura iniciada pelo presidente Geisel em 1974 levava mais de treze anos para se tornar um regime democrático (FAUSTO, 2010, p.282-289).

Segundo Boris Fausto (2004), “a Ditadura custou vidas e sofrimento, e a redemocratização, em novas bases, abriu para o país caminhos que nem sempre se soube aproveitar”.

O fato é que já se passaram quase 30 anos do fim da ditadura, no entanto, falar sobre o tema continua ainda muito delicado. Seja para avaliar a visão dos militares seja na visão daqueles que direta ou indiretamente foram envolvidos na ditadura como seus “inimigos”. Assim, o presente capítulo discorre sobre a Comissão Nacional da Verdade, criada para esclarecer as graves violações praticadas no período da ditadura, bem como, a partir de um caso específico – o caso de São Sebastião do Paraíso – busca-se mostrar, a partir de relatos de pessoas que vivenciaram o período, o quanto o tema ditadura é delicado e complexo.

IV O CASO DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO NA DITADURA MILITAR



Figura 2 – Vista parcial de São Sebastião do Paraíso
Fonte: Casa da Cultura de São Sebastião do Paraíso

São Sebastião do Paraíso é um município brasileiro do estado de Minas Gerais, situado na divisa com o Estado de São Paulo, na microrregião de mesmo nome. A população recenseada em 2010 era de 65.034 habitantes. A área é de 822,295 km², e a densidade demográfica, de 76,53 hab/km². O município tem como principal atividade a produção de café. Cidade dominada pelo coronelismo desde a sua fundação em 25 de outubro de 1821, tendo uma política muito forte e disputada ao longo dos anos que se seguiram após golpe de 1964.

Até mesmo as pequenas cidades do interior vivenciaram momentos de censura e repressão durante este período da história do Brasil, no entanto, há uma lacuna na historiografia em abordar os reflexos da ditadura em cidades pequenas e de interior. A maioria dos estudos foca nas capitais, o que justifica a relevância do presente trabalho.

A escolha do município de São Sebastião do Paraíso se deve a presença de figuras, como o deputado paraisense Delson Scarano (Figura 3) e do Major Sebastião Rodrigues de Moura, conhecido como Curió (figura 6), que estavam ligadas ao cenário político nacional e atuaram na cidade.



Figura 3 – Deputado Delson Scarano e Juscelino Kubstschek em São Sebastião do Paraíso

Fonte: Casa da Cultura de São Sebastião do Paraíso

A cidade de São Sebastião do Paraíso, neste sentido, estava intimamente conectada ao cenário político nacional (como demonstrado nas figuras 4 e 5), o que justifica nosso estudo de caso.



Figura 4 – Juscelino nos braços do povo paraisense.

Fonte: Casa da Cultura de São Sebastião do Paraíso



Figura 5 – Juscelino Kubitschek e Tancredo Neves em visita à cidade de São Sebastião do Paraíso

Fonte: Casa da Cultura de São Sebastião do Paraíso

Assim, nosso intuito consistiu em retratar a experiência vivenciada pela população de São Sebastião do Paraíso - MG, durante os anos da ditadura militar, com base na metodologia da historiografia oral, por meio de entrevistas abertas utilizada neste trabalho. Neste tópico busca-se mostrar as experiências vividas por pessoas perseguidas e presas durante o regime que deixou marcas profundas na sociedade brasileira. A maioria da documentação me permitiu falar somente de trabalhadores e militantes do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e não da elite paraisense.

Segundo o encanador Sr. Guerino Paschoini, nascido em 17/03/1931, residente em São Sebastião do Paraíso, o município “por volta de 1944 era povoado por noventa por cento de italianos e descendentes”. No entanto, com o fim da Segunda Guerra Mundial, houve, de acordo com o entrevistado, “uma violenta repressão contra os italianos em São Sebastião do Paraíso, sendo presa quase toda a colônia italiana [...]”.

O Sr Guerino Paschoini relata que a cidade de São Sebastião do Paraíso “era formada por fazendeiros de café, que não toleravam o governo de Getúlio Vargas por ter criado as leis que deram direitos aos trabalhadores”. O Sr Guerino, neste sentido, confirma a característica coronelista presente na cidade. Nas suas palavras: “Paraíso sempre foi dominado por coronéis”.

Sobre o período da ditadura militar, o encanador Sr. Guerino nos relata os reflexos do regime militar em São Sebastião do Paraíso e a posição de setores importantes, como a Igreja. Como ele afirma:

Então veio o golpe militar de 1964[...] Nós militávamos o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) éramos uma turma de maçons, que olhávamos para o social... O padre da época dizia que se não fosse católicos eram comunistas, fazia campanhas com microfone pedindo prisão dos comunistas.

Como em todo o país, as denúncias vinham da própria população contrárias, as idéias socialistas. Sr. Guerino ressalta:

[...] presta atenção os homens importantes que foram presos: Leopoldo alfaiate, eu encanador, Lazineiro carteiro, Peba barbeiro, Nenê Jaspem barbeiro, Salgado eletricitista, Zé Paes sapateiro, Braz Alves Funcionário do governo, Mario Prado funcionário da Força e Luz, João da Broca e Ozório Rodrigues funcionários do banco, estes eram os chamados comunistas de Paraíso [...] Fomos presos e remanejados para Belo Horizonte. Não sofremos tortura na carne, mas tortura moral sim, cada um de nós foi escoltado por um militar com uma metralhadora, isto é tortura? [...] Chegando a Belo Horizonte - MG fomos encostados em uma parede, pois o presídio estava cheio, não tinha onde alojar tanta gente [...] Foram presas mais de 80 pessoas em Paraíso depois de nossa prisão [...].

De acordo com o Sr. Guerino, “veio para São Sebastião do Paraíso um militar do Exército de nome Sebastião Rodrigues Moura, o Tenente Curió, que assumiu o controle da cidade”. Segundo o Sr. Guerino, a presença do tenente Curió gerou um clima de terror:

O juiz não podia sair de casa... O promotor não podia sair de casa... O prefeito não podia ir para a prefeitura... Ele é que mandava na cidade... Um clima de terror se espalhou... Ele prendia levava para depor, a cidade ficou apavorada... E os poderosos de Paraíso ficaram vanguardando achando que a “Revolução” eram deles, no fim acabaram chupando o dedo, os militares é que ficaram no poder.



Figura 6 – Major Curió
Fonte: www.andradetalis.wordpress.com

Sebastião Rodrigues de Moura, nascido em São Sebastião do Paraíso/MG em 15 de dezembro de 1934, mais conhecido como Major Curió, hoje coronel da reserva, começou sua carreira militar em São Sebastião do Paraíso já em 1964 quando logo após o golpe militar, participou de prisões de seus conterrâneos como foi relatado.

Vulpi (2012) destaca que o currículo de Curió impõe respeito, ex-agente do Serviço Nacional de Informação (SNI), ex-membro do Conselho de Segurança Nacional (CSN), braço direito do ex-presidente da República João Batista Figueiredo, homem de confiança do general Newton Cruz, primeiro chefe do garimpo de Serra Pelada, ex-deputado federal pelo PDS, partido de apoio ao regime militar, coronel da reserva, ex-prefeito de Curionópolis, município cujo nome lhe homenageia, Sebastião Rodrigues de Moura ainda é, mesmo assim, um mistério a ser decifrado.

Segundo Vulpi (2012) entre militares que compartilham dos ideais do golpe militar de 1964 e antigos garimpeiros de Serra Pelada, Curió é um mito, um nome a ser lembrado com honras. Para militantes de movimentos sociais e remanescentes opositores da ditadura militar, um criminoso no mesmo nível de oficiais nazistas. Sebastião de Moura mostrou-se logo um dedicado quadro militar. “A revolução de 1964 foi uma resposta ao chamamento da sociedade brasileira”, disse em depoimento à novela Amor e Revolução, do SBT.

Com o depoimento do Sr. Guerino, notamos que a ditadura chegou forte em São Sebastião do Paraíso, e que a elite como em todo o país apoiavam a chamada “Revolução”. Relata ainda o tratamento recebido na prisão:

Em Belo Horizonte nós ficamos encostados na parede por mais de 20 horas a espera de um alojamento... Isto é tortura?[...] Vários daqueles presos eram de idade avançada um deles falou para um militar que estava precisando urinar, o mesmo mandou que ele urinasse na roupa e todos nos fizemos na roupa isto é tortura?[...] Fomos para uma prisão onde ficamos 2 ou 3 dias[...]Depois fomos remanejados para um presídio fora da cidade que não tinha nem água e por sinal quem ligou a água fui eu que era encanador fui para a cidade comprar matérias e ferramentas escoltado por dois militares[...]Fomos soltos depois que o Deputado paraisense Delson Scarano, apareceu por lá falando que nós seríamos soltos , entre 2 a 3 dias começaram a soltura[...] Depois da prisão fomos muito discriminados na cidade, eu carreguei essa chaga e essa magoa até hoje...

O eletricitista da Força e Luz, Justino Salgado Filho, nascido em 10/07/1922, residente em São Sebastião do Paraíso – MG, também nos relatou, em entrevista, sobre sua prisão durante o regime militar:

[...] no dia 09/04/1964, quando voltava do trabalho estava a minha espera policiais militares onde me deram ordem de prisão. [...] Havia uma denúncia que se tratava de um individuo muito perigoso e que tinha ligação com o comunismo. [...] fui escoltado junto com outros paraisenses e mandado para o DOPS em Belo Horizonte – MG, onde permaneci por 10 dias presos [...] Foram dias difíceis, longe da família, respondendo inquérito policial. [...] depois de comprovado que nada foi encontrado contra mim, fui liberado em 19/04/1964. Voltei para casa, mas nunca mais fui o mesmo, guardo comigo esta lembrança triste...

A professora, Antonieta Simaro Campos, nascida em 26/09/1919, residente em São Sebastião do Paraíso – MG, em entrevista relatou que seu marido Geraldo Borges Campos apelidado (Peba), profissão barbeiro e Presidente de um Diretório Político, residia em São Sebastião do Paraíso – MG e pleiteava o cargo de Prefeito, segundo D. Antonieta seu marido foi perseguido e preso pela ditadura militar por três anos:

[...] meu marido foi preso em São Sebastião do Paraíso – MG em 09/04/1964 e mandado para o DOPS de Belo Horizonte – MG em 10/04/1964, passou também pela prisão de Três Corações e Juiz de Fora também cidades mineiras [...] quando pela terceira vez ele foi chamado para prestar declarações em Juiz de Fora, mais uma vez foi levado para os porões do DOPS na capital mineira [...] seu crime ser presidente de um Diretório Político e a pretensão de ser prefeito municipal, era muita arrogância para um barbeiro, estava pagando o preço de tal ousadia [...] Depois de três anos por sucessivas prisões, sempre ordenadas pelo então Tenente Curió.

Notamos pelo depoimento de D. Antonieta que Sebastião Curió, realmente tinha grande influência no meio militar.

[...] Sabe-se lá os sofrimentos infligidos ao preso até então [...] Em Três Corações, quando se soube que chegaria um preso político foi colocado na cela uma escrivaninha com papeis, canetas e envelopes. Talvez esperando um político poderoso, com a chegada do barbeiro foi tudo recolhido. [...] chegaram a colocá-lo na cela de um leproso [...] O frio chegava cedo não tinha agasalho, nem cobertor, vinte e quatro horas sem alimento sem uma cadeira para descansar, implorou uma xícara de café para o soldado; a resposta foi “sai daí comunista de uma figa” [...] Depois de um mês de sofrimento acordou em noite com fortes dores no peito, chamaram um médico militar que veio acompanhado do Tenente Curió que dizia “isso é fita dele, não tem nada não”, o médico examinou meu marido e disse “esse rapaz está para morrer se não for levado para um lugar mais quente, vou te responsabilizar pela morte”. Imediatamente, dois soldados foram convocados para levá-lo a cidade. [...]

No meio de tanta tortura havia militares que estavam ali, mas não concordavam com o regime, apenas cumpriam ordens.

Há esse tempo tivemos notícia de graves espancamentos a presos políticos. Talvez a soberba não deixasse que o pobre barbeiro contasse o que se passava. Usaram queimaduras com cigarro, estuprimentos de mulheres, choques elétricos, afogamentos etc.. Desgraçados sádicos que não pouparam nem os inocentes... [...] Era noite quando o carro chegou a Paraíso, trazendo o preso, não havia luz elétrica na cidade, houve um apagão, os soldados permitiram que ele chegasse em casa para tomar um banho um café, depois de um abraço e uma lagrima nos olhos, vi meu marido novamente ser conduzido ao cárcere.[...] Três meses na cadeia pública de Paraíso, onde a lâmpada da cela estava queimada e os ratos andavam sobre a cama. [...] certa manha o delegado local Sr. Otaviano,

avisou que meu marido ia ser transferido mais uma vez para o DOPS da capital mineira.

Assim como a D. Antonieta, as esposas, mães, pais, filhos lutavam para libertar seus familiares, mas poucos conseguiam algum êxito.

Já estávamos em 1967, fomos visitá-lo, fiz apelo aos Jornais, Rádios e autoridades de Belo Horizonte [...] soube por um jornalista paraisense, que se encontrava ali o General Mourão Filho no Hotel Normandie para as comemorações do aniversário da “Revolução”. [...] não tive dúvidas comprei papel ofício, envelope e rumei para o hotel, estava cansada, mas disposta a tudo. [...] era moça ainda, voz firme apresentei a ele por telefone, como professora que tinha viajado 6 horas especialmente para encontrá-lo. [...] em pouco tempo General passava por mim num tropical brilhante deixando uma réstia de perfume. Foi até o porteiro, falou algo, olhou para o meu lado, desagrado... [...] quando comecei a falar interessou-se e no fim da entrevista entreguei o ofício contendo a história do meu marido, leu e me respondeu, “vou mandar buscar o processo de seu marido se for verdade o que disse aqui , ele estará na rua , caso contrario a evolução não faz favor”.[...] meu marido foi absolvido por unanimidade no Superior Tribunal Militar, solto em 26/04/1967 , chegou em casa muito doente e veio a falecer em 03/07/1967, numa fria madrugada....

Para D. Antonieta, o Tenente Curió, que é nascido em São Sebastião do Paraíso/MG, fez de trampolim seus conterrâneos, para crescer em sua carreira militar. Haja vista que o Tenente Curió é o mesmo que participou da Guerrilha do Araguaia.

Segundo Vulpi (2012), a carreira de Curió como agente da repressão militar teve início na década de 70, no sudeste do Pará, região do Araguaia/Tocantins. Sebastião Curió chegou ao Araguaia como homem forte do Serviço Nacional de Informações (SNI). Tinha carta branca para agir, principalmente depois das duas vexatórias derrotas sofridas pelos militares nas primeiras ações contra os guerrilheiros do PCdoB nas matas.

Leonencio Nossa do jornal “O Estadão de São Paulo” em 20 de junho de 2009 noticiou que “Curió” abriu seu arquivo particular sobre a Guerilha do Araguaia, afirmando que o Exército executara 41 guerrilheiros, e não somente 25, como se sabia até então. O lendário arquivo do militar da reserva Curió teve notoriedade em 1982, quando o então ex-ditador Médici afirmou que o agente “sabia de muita coisa”.

Nossa (2009) destaca que Major Curió, oficial vivo mais conhecido do regime militar (1964-1985), abriu para o Estado o seu lendário arquivo sobre a Guerrilha do

Araguaia (1971-1975), documentos guardados numa mala de couro vermelho há 34 anos, os quais detalham e confirmam a execução de adversários da ditadura nas Forças Armadas na Amazônia. Até a abertura do arquivo de Curió, eram conhecidos 25 casos de execução, agora há 16 novos casos.

Segundo Leonencio uma série de documentos, muitos manuscritos do próprio punho de Curió, feitos durante e depois da Guerrilha, contraria a versão militar de que os mortos estavam de armas na mão na hora que tombaram.

Para ele essa política de extermínio fica um pouco mais clara com a abertura do arquivo de Curió. Pela primeira vez, a versão militar da terceira decisiva campanha é apresentada sem retoques por um participante direto das ações no Araguaia.

De acordo com Nossa (2009), o conhecido Major Curió esteve envolvido no motim contra o presidente Geisel (1977), no comando do garimpo de Serra Pelada (1980-1983) na repressão ao incipiente Movimento dos Sem-Terra no Rio Grande do Sul (1981) e a frente de uma denúncia decisiva no processo de impeachment de Fernando Collor (1992).

Não há nenhuma coincidência, este mesmo Curió segundo relato de seus conterrâneos provocou o terror em sua cidade natal. Neste contexto chama-nos a atenção para o fato de que muitos acontecimentos vividos pela sociedade brasileira, durante este período ditatorial ainda não foram esclarecidos.

Durante o trabalho de campo, a partir da utilização de entrevistas abertas, notei que as pessoas depois de tantos anos ainda não se sentem a vontade para falar sobre a ditadura. A questão que fica e que parece pertinente é: não gostam de falar no assunto porque é muito sofrido? Ou sentem medo mesmo depois de 30 anos do fim da ditadura militar? Quanto aos militares houve uma recusa de falar, talvez pela vergonha dos atos cometidos.

A tortura jamais admitida pela ditadura e jamais reconhecida pelos militares, com a Comissão Nacional da Verdade as pessoas vão se sentir mais seguras para esclarecer os fatos vividos.

V Lei. 12.528/11 – COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

A Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi criada com a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticados no período de 18 de setembro de 1946 a 05 de outubro de 1988, a fim de efetivar o direito à memória e a verdade histórica e promover a reconciliação nacional.

Vale ressaltar que a lei, em nenhum momento, afirma quem a comissão deverá investigar. O foco das investigações não está em quem fez, mas sim, no que foi feito. Somente, a partir do que foi feito é que será investigado quem fez e o porquê fez.

Marco Antonio Villa (2012) diz que na verdade houve um desencontro com a história. O momento para a criação da Comissão deveria ter sido em 1985, quando do restabelecimento da democracia. Mas para a armadilha do destino quem assumiu o governo foi José Sarney, sem autoridade moral para julgar o passado, pois tinha sido participante ativo e beneficiário das ações do regime militar.

O fato é que a busca pela reconciliação nacional, um dos objetivos da Comissão da Verdade, não fora alcançado, nem mesmo com o processo de anistia. Em entrevista à Carta Maior, a historiadora Caroline Silveira Bauer comenta:

O processo de anistia no Brasil não propiciou uma verdadeira reconciliação, mas sim criou um mito, uma ideologia da reconciliação, segundo a qual o melhor para a sociedade brasileira seria seguir adiante e esquecer o que aconteceu, sem nenhum tipo de avaliação daquilo que foi feito. Assim, ao invés de meramente propiciar um perdão penal, ela veio acompanhada de um elemento extra que foi a construção do esquecimento. (CARTA MAIOR, 2012)

Nesse sentido, a historiadora apresenta a perspectiva de que a Comissão da Verdade pode contribuir para a desconstrução do mito da reconciliação nacional e do esquecimento dos fatos. No entanto, Bauer mostra preocupação com o resultado das investigações da Comissão da Verdade, daqui a dois anos, e como o Estado vai lidar com ele. “Dependendo do trabalho que a Comissão da Verdade fizer, os governos terão que mudar suas práticas em relação à violência policial dos dias de hoje” (CARTA MAIOR, 2012).

Para Bauer, a prática da reconciliação, apesar de ser muito válida, não se pressupõe esquecimento. Quando há esquecimento, não se consegue verdadeira reconciliação.

O ex-procurador geral da República, Claudio Fonteles (2012), analisa a missão da CNV, da qual é um dos sete membros. “CNV em si, por si, sozinha, não vai a lugar nenhum, não vai fazer absolutamente nada, o resultado será zero”. O discurso de Fonteles é um apelo à mobilização social para todas as gerações, que se crie no Brasil uma cultura, que seja internalizada, de que nunca mais admitirmos isso.

Por força de lei, destaca Fonteles, a CNV deve apurar os casos daqueles que, por suas atividades políticas, tiveram seus direitos violados por agentes públicos do Estado brasileiro. E que há documento interessantíssimo mostrando militares na FIESP.

Caroline S. Bauer destaca que o Ministério da Defesa participa institucionalmente do grupo de trabalho Araguaia, e que alguns militares combatentes do Araguaia foram levados a campo para ajudar no reconhecimento do terreno, mas disseram que houve mudança geográfica no entorno, e outros sofrem amnésia meio inexplicável. Segundo a historiadora, sabe-se por relato de ex-mateiros, ex-guias do exército, que a maioria dos desaparecidos foram vistos nas bases militares, antes de desaparecerem.

Para Villa, ainda no terreno das estranhezas e sem nenhum corporativismo, é, no mínimo, extravagante que tenha até uma psiquiatra na comissão e não haja lugar para um historiador.

Fonteles salienta que o passo final da CNV, de acordo com a lei, será definir uma lista de recomendações com o fim de “prevenir violação de direitos humanos assegurarem sua não repetição e promover a efetiva reconciliação nacional”. E se restringe a dizer que é importante trabalhar a idéia de que ninguém é contra a missão verdadeira das Forças Armadas.

Para Villa (2012), a Presidente Dilma, poderia ter agido como uma estadista, seguindo exemplo do sul-americano Nelson Mandela, que criou a Comissão da Verdade e Reconciliação. Lá, o objetivo foi apresentar os dois campos, os guerrilheiros e as forças da apartheid. “E o país pôde virar democraticamente esta triste página da história”. Nas palavras de Villa (2012):

Pelas primeiras declarações dos membros da comissão, continuaremos prisioneiros do extremismo político, congelados no tempo, como se a roda da história tivesse parado em 1970. Não avançaremos nenhum centímetro no processo de construção da democracia brasileira.

Podemos perceber, que nem todos apresentam uma visão otimista em relação à Comissão da Verdade. Como verificamos na opinião do historiador Marco Antonio Villa. Para este, não há possibilidade de contribuição da Comissão para a história do Brasil. Em suas palavras, “a comissão será um rotundo fracasso”.

Cabe ressaltar que depois de ter passado tantos anos, das atrocidades sofridas pela nação brasileira, que foi preciso estar á frente do país, uma mulher que tenha sofrido na carne, as torturas imposta pelo regime militar, para que fosse instalada oficialmente a Comissão da Verdade, e mostrar às novas gerações a verdade sobre fatos ocorridos durante o período da ditadura militar. Neste sentido, podemos nos indagar: Não é o fato de, só agora, termos uma presidente, mulher, e que sofreu com os abusos da ditadura, aquela que sabe da necessidade de se rever os fatos? E, portanto, explica-se a falta de sensibilidade dos presidentes anteriores com essa questão?

A Presidente Dilma Rousseff em um discurso emocionado enaltece a Comissão da Verdade,

“Assim como respeito e reverencio os que lutaram pela democracia enfrentando bravamente a truculência ilegal do Estado, também reconheço e valorizo pactos políticos que nos levaram a redemocratização” (O Estado de São Paulo, 2012, p. A4).

Podemos verificar no discurso da presidente a importância da comissão, porém sem menosprezar “pacto de redemocratização!”.

A presidente exibiu tranquilidade e firmeza ao insistir que o papel da Comissão da Verdade, é mostrar os fatos ocorridos do a quem doer:

Nos move a necessidade imperiosa de conhecê-la em sua plenitude, sem ocultamentos e proibições”, afirmou, diante dos representantes das Forças Armadas. O Brasil merece a verdade, as novas gerações merecem a verdade e sobre tudo, merecem a verdade factual aqueles que perderam amigos e parentes e que continuam sofrendo como se eles morressem de novo e sempre a Cada dia. (O Estado de São Paulo, 2012, p. A4).

Em suma, entendemos que contar essa história de nosso país, em seus diferentes aspectos e visões só tem a contribuir. A obra intitulada “Brasil Nunca Mais”, organizada pelo cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, publicada em 1985, deu um passo importante no sentido de esclarecer o passado histórico do Brasil. Entre outras obras, podemos citar ainda os quatro volumes: “A Ditadura Envergonhada”; “A Ditadura Escancarada”; “A Ditadura Derrotada”; e “A Ditadura Encurralada” de Elio Gaspari (2002). Agora a Comissão da Verdade abre espaço para a esperança de que nós brasileiros, depois de tantos anos de incerteza, finalmente vamos conhecer o que ainda se esconde por trás dos porões da ditadura. E que gerações que estão por vir nunca mais viva esse pesadelo, tortura nunca mais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Passaram-se quase 30 anos da ditadura, e pude perceber que ainda hoje as pessoas não se sentem a vontade de falar sobre esse triste episódio, seja por medo ou por não querer relembrar fatos tão dolorosos em suas vidas. Do lado do militar, eu diria por culpa ou vergonha pelas atrocidades cometidas. Quando em minha pesquisa quis ouvir a parte dos militares encontrei recusa e resistência. Também, podemos citar o caso da novela do SBT: “Amor e Revolução”, o que muitos denominaram como a melhor parte da novela, as exibições após cada capítulo de depoimentos de várias pessoas envolvidas na ditadura foram cortados, e a emissora prometeu jogar fora os já gravados. Oficialmente a assessoria do SBT disse que a retirada das declarações finais se deu por falta de depoimentos de militares ou ex-militares, que se negaram a falar sobre o assunto da ditadura. Portanto, por não achar justa a exposição de depoimentos apenas dos esquerdistas, a direção da emissora vetou os testemunhos finais. Não se trata aqui, de defender quaisquer dessas posições, mas sim procurar o que de melhor um veículo de comunicação pode oferecer para seu público, tendo em vista que a emissora deu espaço para os dois lados. No entanto, podemos notar que a iniciativa do autor da novela “Amor e Revolução” fizeram com que muitos jovens passassem a se interessar por este período da História do Brasil.

No caso de São Sebastião do Paraíso as atrocidades, ficaram esquecidas, mas não para as pessoas ligadas diretamente com os presos e torturados durante o regime. No entanto, entendemos que é preciso que as pessoas percam o medo de falar e mostre para as novas gerações o que realmente aconteceu, durante a ditadura militar.

Já esperamos muito tempo, por estes esclarecimentos e que a verdade seja restabelecida, como diz a Presidente do Brasil Dilma Rousseff: “Que doa a quem Doer”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARQUIDIOCESE de São Paulo. **Brasil Nunca Mais**. Editora Vozes: Petrópolis, RJ, 1985.

CARTA MAIOR. **A anistia no Brasil e a construção do esquecimento**. Entrevista com a historiadora Caroline Silveira Bauer. Carta Maior, 05/10/2012. Disponível em: http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=21024. Acesso em: 20 de jan de 2013.

ESTADÃO. **Curió abre arquivo e revela que Exército executou 41 no Araguaia**. Estadão de S. Paulo, 20/06/2009. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,curio-abre-arquivo-e-revela-que-exercito-executou-41-no-araguaia,390566,0.htm>. Acesso em 25 de Jan de 2013.

FAUSTO, B. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2010.

_____. **História do Brasil**, 11ed- São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003.

FICO, C. **Opinião**. Folha de São Paulo. São Paulo 02 de abril de 2004. Caderno B, p.2.

FOLHA UOL. Para entender o que é a Comissão da Verdade. **Folha UOL, 16/05/2012**. Disponível em: <http://direito.folha.uol.com.br/1/post/2012/05/para-entender-o-que-a-comisso-da-verdade.html>. Acesso em: 19 de jan de 2013.

FONTELES, Claudio. Comissão da Verdade não fará nada sozinha. **Carta maior, 21/08/2012**. Disponível em: http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=20755>. Acesso em: 19 de Jan de 2013.

FREIRE, Alípio; ALMADA, Izaías; PONCE, J. A. de Granville (orgs). **Tiradentes, um presídio da ditadura**. São Paulo: Spione, 1997.

GABEIRA, Fernando. **O que é isso, companheiro?** Rio de Janeiro: Codecri, 1981.

GASPARI, E. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo, Companhia Das Letras, 2002.

_____. **A Ditadura Escancarada**. São Paulo, Companhia Das Letras, 2002.

HOBSBAWN, Eric. **Era dos Extremos, o breve século X, (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das letras, 1995

MORAES, João Carlos Kfourti Martin de. **Liberalismo e ditadura no cone sul**. Campinas: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2001.

NASSER, Davi- **General Costa e Silva O Executor da Revolução** - O Cruzeiro, 02 de Maio de 1964.

REIS, Aarão Daniel. **1968 - O Curto ano de todos os desejos**. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 10(2): 25-35, outubro de 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v10n2/v10n2a03.pdf>. Acesso em: 05 de jun de 2012.

REIS, Aarão Daniel, FERREIRA, Jorge (orgs) **Revolução e Democracia (1964...)** Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2007.

REIS, Aarão Daniel, MOTA, Rodrigo Sá, RIDENTI, Marcelo (orgs.) **O golpe e a ditadura militar. 40 anos depois (1964-2004)**. Ed. Edusc. Baurú- SP. 2004.

SCHIMIDT, M. F. **Nova História Crítica**. São Paulo, Editora Nova Geração, 2007.

VILLA, Marco Antonio. **Verdade? Que verdade?** Artigo, 2012. Disponível em: <http://www.marcovilla.com.br/2012/05/verdade-que-verdade.html>. Acesso em: 27 de nov de 2012.

VULPI, Dag. **Golpe de 64 sustentou carreira militar de Curió**. 2012. Disponível em: <http://ditaduraverdadesomitidas.blogspot.com/2012/04/golpe-de-64-sustentou-carreira-militar.html>. Acesso em 25 de jan de 2013.

ANEXO: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido